

O expansionismo israelense e o impasse árabe



Por **LUIZ BERNARDO PERICÁS & OSVALDO COGGIOLA***

A “realização do sonho de Israel”, na prática, se traduziu em 2,3 milhões de palestinos apinhados em pouco mais de 400 km² de território em Gaza, submetidos há décadas de um terror sem fim

Os antecedentes das chamadas “guerras árabe-israelenses” afundam suas raízes há mais de cem anos. Desde o século XIX, a atuação de grupos judeus europeus interessados no “retorno” ao território palestino já gerava conflitos com a população árabe local. Em 1852, só havia por volta de 11.800 judeus na Palestina. Esse número subiu um pouco nas décadas subsequentes, atingindo, em 1880, aproximadamente 24 mil, de uma população total de 500.000 habitantes. De 1880 a 1914, contudo, as migrações de judeus por todo o continente europeu aumentaram.

Após a onda antissemita na Rússia (com destaque para os *pogroms* czaristas) e com leis restritivas antissemitas nos países da Europa Oriental, começou a haver um maior interesse na constituição de colônias agrícolas judaicas na Palestina, que lentamente receberam, nessa época, diversos grupos judeus provenientes dessas nações; paralelamente, ocorreu também uma leva migratória israelita para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Esse período coincidiu com a criação de diversas ligas antissemitas e com o I Congresso Antissemita Internacional na Alemanha (1882).

O movimento sionista foi criado na segunda metade da década de 1890, na Basileia (Suíça), debatendo a migração judia para fora de Europa, e nomeando responsáveis por organizar a colonização agrícola da Palestina (o estabelecimento de um lar nacional nesse território não era ainda consenso dentro do sionismo; seu principal promotor, Theodor Herzl, encarou até a possibilidade de criá-lo na Argentina; foram cogitados também o Chipre, a África oriental e o Congo). A ideia do “retorno”, portanto, estava associada, de um lado, aos preconceitos e perseguições antissemitas na Europa, e de outro, à tentativa de construção de um “lar” onde os judeus pudessem viver sem ser atacados (e que supostamente possibilitasse a construção, posteriormente, de um Estado nacional seguro e independente).

Em 1907, foi constituído em Jaffa um gabinete para estruturar a colonização, que já vinha sendo realizada lentamente com o dinheiro do barão Edmond de Rothschild e do “Fundo Nacional Judeu”, estabelecido pelo V Congresso Sionista. Quando começou a Primeira Guerra Mundial, já existiam 44 colônias agrícolas judaicas na Palestina; em 1917, quase no final do conflito na Europa, foi divulgada a Declaração Balfour, feita pelo governo inglês, que garantia a colonização da região por israelitas, que nesse momento já contavam com aproximadamente 60 mil habitantes naquele território.[\[1\]](#)

Depois da guerra, a partilha imperialista do Oriente Médio daria à Inglaterra, como zonas de influência, a Mesopotâmia (Iraque), a Palestina e a Jordânia, e para a França, a Síria e o Líbano. Já nessa época as companhias industriais e comerciais europeias começaram a intervir com maior intensidade no mundo árabe, interessadas no controle das jazidas petrolíferas da região.

O movimento sionista internacional ainda era pequeno e fraco em relação a outras alternativas, como o *Bund* (partido operário socialista judeu de Rússia e Lituânia) e a emigração a outros países, como os Estados Unidos, o que se reflete nos

números da emigração à Palestina na época. Durante a administração do Império Otomano, entre 1881 e 1917, de uma emigração total de 3.177.000 judeus europeus, apenas 60.000 foram à Palestina. Já na época do controle britânico, depois da Primeira Guerra Mundial, no período de 1919 até a criação do Estado de Israel, em 1948, de uma emigração de 1.751.000 pessoas, 487.000 se mudaram para a região.^[ii]

Na prática, foi só após as perseguições nazistas que a emigração para o Oriente Médio aumentou significativamente. A Inglaterra havia publicado o *Livro Branco*, em 1922, limitando a imigração judaica e evitando favorecer a criação de uma maioria israelita na região. Mesmo assim, a questão da ação do imperialismo ocidental na Palestina não passou despercebida.

José Carlos Mariátegui, um dos pioneiros do marxismo latino-americano, no artigo *La misión de Israel*, publicado em 3 de maio de 1929, criticava as ambições sionistas e apontava os problemas e os perigos da criação de um Estado israelense: “Se alguma missão atual, moderna, tem o povo judeu, esta é a de servir, através de sua atividade ecumênica, à chegada de uma civilização universal. Se pode crer o povo judeu em sua predestinação, tem de ser na de atuar como levedura internacional de uma nova sociedade. Eis aqui como, em meu juízo, se coloca a questão, antes de tudo. O povo judeu, que eu amo, não fala exclusivamente hebreu nem *yiddish*; é poliglota, viajante, supranacional. Por identificar-se com todas as raças, possui os sentimentos e as artes de todas elas. Seu destino se mesclou ao de todos os povos que não o repudiaram (e também aos daqueles que o trataram como hóspede odioso, cujo nacionalismo deve seu caráter, em grande parte, a esta clausura). O mais alto valor de Israel no plano mundial está em sua variedade, em sua pluralidade, em sua diferenciação, dons por excelência de um povo cosmopolita. Israel não é uma raça, uma nação, um Estado, um idioma, uma cultura; é a superação de todas estas coisas ao mesmo tempo, para tornar-se algo tão moderno, tão desconhecido, que, todavia, não tem nome. Dando uma nova acepção a este termo, podemos dizer que é um complexo. Um complexo supranacional, a trama elementar, primária, ainda solta, de uma ordem ecumênica. As burguesias nacionais (a britânica em primeiro lugar) queriam reduzir os judeus a uma Nação, a um Estado. Esta atitude não é, quicá, subconscientemente, senão a última perseguição de Israel. Perseguição hipócrita, diplomática, parlamentar, sagaz, que oferece aos judeus um novo “ghetto”. Na idade da Sociedade das Nações e do imperialismo em grande estilo, este novo “ghetto” não podia ser menor que a Palestina; nem podia faltar-lhe o prestígio sentimental da terra de origem. O “ghetto” tradicional correspondia tipicamente à Idade Média: à idade das cidades e das comunas. Nacionalistas leais, de povos de agudo antissemitismo, confessaram mais ou menos explicitamente, sua esperança de que o nacionalismo de Israel libere suas pátrias do problema judeu. A construção de um Estado judeu, ainda que não pese sobre ele a proteção, aberta ou oculta, de nenhum Império, não pode constituir a ambição de Israel hoje, já que sua realidade não é nacional, mas sim, supranacional. O tamanho e o objetivo desta ambição têm de ser muito maiores. Seria um signo de decadência e de fadiga, que se esforçasse em procurá-lo nesta época do Super-Estado. O patriotismo judeu já não pode mais se resolver no nacionalismo. E ao dizer não pode, não me refiro a um dever, senão a uma impossibilidade”.

“Porque o perigo da tentação sionista não existe a não ser para uma parte dos judeus. A maior parte dos judeus já não pode escolher seu destino: uns estão firmemente comprometidos na empresa do capitalismo; outros, empenhados a fundo na empresa da revolução. São, o pequeno Estado criado para restabelecer Israel na Ásia, no Oriente, não deve ser nada mais que um lar cultural, uma terra de experimentação. A Palestina não representa senão o passado de Israel. Não representa sequer sua tradição, porque desde o princípio de seu ostracismo (isto é, há muitos séculos), a tradição e a cultura de Israel estão feitas de muitas coisas mais. Israel não pode renegar a cristandade nem renunciar ao Ocidente para fechar-se, carrancuda e grosseiramente, em seu solar nativo e em sua história pré-cristã. Israel, em vinte séculos, ligou seu destino ao do Ocidente. E hoje, quando a burguesia ocidental (como Roma em seu declínio, renunciando a seus próprios mitos) busca sua saúde em êxtases exóticos, Israel é mais Ocidente que o próprio Ocidente”.^[iii]

José Carlos Mariátegui via no projetado Estado israelense uma impossibilidade histórica, por ser voltado ao passado. Os objetivos dos sionistas e do imperialismo inglês (e mais tarde, norte-americano), poderiam ser outros: um Estado ocidental, moderno, capitalista, que pudesse representar os interesses das grandes potências no Oriente Médio e garantir sua posição estratégica na região. Em *El problema de Palestina*, publicado em 30 de agosto de 1929, José Carlos Mariátegui afirmava: “O conflito entre árabes e judeus na Palestina, ostensivo e manifesto desde que se iniciou, sob o auspício da Grã-

Bretanha, a organização do Estado sionista, entrou numa etapa de crise aguda. Os árabes se propõem, ao que parece, à destruição das colônias fundadas na Palestina pelos judeus. O ataque foi particularmente encarniçado contra a nova cidade hebreia de Tel Aviv. Em todo caso, reagiram violenta e barbaramente contra o restabelecimento dos judeus num território historicamente seu, mas dos quais longos séculos de ostracismo haviam cancelado seus títulos materiais de propriedade. (...) Os judeus são, no território da Palestina, uma minoria nacional. Após dez anos de propaganda sionista, não se decidiram à repatriação senão uma parte das massas (aquelas mais brutalmente hostilizadas pelo antissemitismo na Europa Central) e alguns grupos de estudantes e intelectuais, misticamente enamorados pelo ideal da ressurreição da pátria judia. A população árabe invoca seu direito de posse, contra os títulos tradicionais da população judia que se instala no território palestino. E a Grã-Bretanha, obrigada a prestar garantias à formação do lar nacional judeu (por estar esse território sob seu protetorado), se vê diante de um problema gravemente complicado para sua política colonial. A declaração Balfour a empenhou além de suas possibilidades. Uma enérgica intervenção britânica a favor dos judeus excitaria, contra o domínio britânico, não só os árabes da Palestina, mas todo o mundo muçulmano. A Grã-Bretanha teme que a questão sionista se converta num motivo a mais de agitação antibritânica de todos os povos maometanos que formam parte de seu imenso império oriental. A função do protetorado britânico na Palestina tem de se inspirar, assim, no interesse de dar garantias aos árabes, até quando formalmente se propõe dar garantias aos judeus. O jogo desses interesses contraditórios paralisa a ação britânica. A Grã-Bretanha está demasiadamente familiarizada com essas antinomias, com essas dualidades em sua política. A “hipocrisia da loira Albion” é um dos mais velhos lugares comuns da história moderna. Mas acontecimentos como os que se desenvolvem atualmente na Palestina diminuem os limites de sua habilidade. A organização oficial sionista, ainda que incondicionalmente alienada à política britânica – conduta que a fez perder toda influência sobre grandes massas judias –, se viu obrigada a formular reivindicações que demonstram como é artificial a construção do lar nacional israelita. A Grã-Bretanha quer ser a fada madrinha do Estado sionista. Mas não é capaz nem de reconhecer aos judeus uma verdadeira independência nacional (uma efetiva soberania no território da Palestina), nem de protegê-los contra a reação árabe, com sua autoridade e poder imperiais”.[\[iv\]](#)

Nos anos 1930, os problemas se acirraram, à medida que uma grande vaga de judeus fugindo da Alemanha chegava à Palestina. Em 1931, de uma população de 1.036.000 habitantes, 175 mil eram israelitas. Mas o nazismo empurrou mais 200 mil judeus para aquela região na segunda metade daquela década. É nessa época que aumentou também a atuação da *Haganah*, a organização sionista criada em 1920, que constituiu um braço armado com o objetivo de estabelecer um exército próprio para proteger os interesses de seus colonos. Os proprietários árabes não estavam contentes com o constante influxo de europeus em suas terras, e as tensões entre as duas populações aumentaram.

No final da década de 1930, foi publicado na Inglaterra outro *Livro Branco*, no qual se estipulou a quantidade máxima de 75 mil judeus que poderiam ingressar na Palestina até 1944, e que, depois desse período, qualquer imigração deveria ser aprovada pelos árabes. Na prática, não foi isso o que ocorreu. Entre 1939 e 1948, aproximadamente 153 mil judeus foram para a Palestina, ao mesmo tempo em que grupos clandestinos, como a *Irgun* e o *Stern*, combatiam os ingleses e os árabes, com o objetivo de criar um Estado nacional autônomo. A *Irgun* (Etzel), que atuou de 1931 a 1948, seria o predecessor político do partido *Herut*, que mais tarde daria origem ao direitista partido *Likud*.

Com a retirada britânica da região e a transferência das responsabilidades para as Nações Unidas, depois da guerra, começou a se desenhar um projeto de partilha e criação de um Estado judeu, sem qualquer consulta à população árabe local. Em 29 de novembro de 1947, a ONU dividiu o território palestino, tendo como zona neutra a cidade de Jerusalém. Os árabes, que eram 1.300.000, ficariam com apenas 11.500 km², enquanto os 700 mil judeus ganhariam 14.500 km² de território. As hostilidades explodiram. Em 1947, um grupo da *Irgun* foi o responsável pelo massacre de mais de cem palestinos do vilarejo de *Deir Yassin* (segundo novas estimativas historiográficas, em torno de 117; ou 254, número baseado nos relatos originais), com a clara intenção de expulsar os moradores da região e impor um povoamento exclusivamente judaico no local.

Não era desejo da liderança sionista criar um Estado com uma minoria árabe, tampouco defender a coexistência pacífica com o povo palestino. Para os dirigentes sionistas, aquela era “sua” terra. Desde a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o mito do “retorno” e as falsificações sobre a existência e os direitos dos palestinos foram incentivados e

a terra é redonda

divulgados em todo o mundo. Toda a luta palestina foi associada ao terrorismo e à brutalidade. Aqueles que antes haviam sido vítimas de preconceitos e perseguições se tornaram os carrascos e mantiveram uma contínua política de massacres às populações civis palestinas.

A ONU resolveu a partilha da Palestina e a fundação do Estado de Israel, sancionando de fato a expulsão compulsória dos povos árabes que habitavam o território do novo Estado (56% do território do mandato britânico foi destinado para a criação do Estado de Israel, 43% do território restante para o “Estado da Palestina” e 1% para a cidade de Jerusalém, que obteria status internacional). Imediatamente depois de sua criação, Israel enfrentou uma coalizão militar árabe, precária e dividida, derrotando-a na chamada “guerra de independência”, que se completou com a *Nakbah*, o desalojamento *manu militari* de mais de 800 mil habitantes originais da Palestina histórica (a esmagadora maioria da sua população autóctone, que se viu, desde então, na situação de refugiada).[\[v\]](#)

A “guerra de independência” mostrou que as forças israelenses eram claramente superiores em efetivos e armamentos às forças de seus adversários, mal treinados, mal dirigidos e pessimamente abastecidos (sua munição esgotou-se em poucos dias). No auge do conflito havia apenas alguns milhares de combatentes palestinos mal equipados, apoiados por voluntários árabes do “Exército de Libertação” de Fawzi Al-Qawuqji. Quando os Estados árabes intervieram, no dia 15 de maio de 1948, seus contingentes eram muito inferiores aos da *Haganá* israelense, que não parava de se reforçar. Os exércitos da Liga Árabe invadiram a Palestina *in extremis*, e certamente a contragosto, não para “destruir o jovem Estado judeu” – algo do qual sabiam que eram incapazes de realizar –, mas para impedir que Israel e a Transjordânia, em conluio, partilhassem o território acordado aos palestinos pelo plano de divisão da ONU.

O historiador Ilan Pappé demonstrou que a “purificação étnica” foi planejada, organizada e posta em prática já durante a guerra, para ampliar o território do Estado de Israel e “judaizá-lo”. Entre 1947 e 1949, 800 mil palestinos tiveram de tomar o caminho do exílio, enquanto seus bens imobiliários e mobiliários eram confiscados. O Fundo Nacional Judeu se apoderou de 300 mil hectares de terras árabes, das quais a maior parte foi dada aos moradores dos *kibutzim*.

O exército israelense foi responsável pelo saque que se seguiu aos ataques de abril de 1948 a Jaffa e Haifa; pelo bombardeio de aldeias árabes e da cidade de Irbid, no Jordão; pela limpeza do Vale do Jordão de toda sua população. Os territórios ocupados por Israel no fim da guerra constituíam quase 78% da Palestina. Tornaram-se, de fato, o território do Estado de Israel. Ficaram fora dele a cadeia de baixas montanhas do centro e do sul da Palestina, a chamada Cisjordânia, assim como a Faixa de Gaza. Jerusalém ficou dividida: a parte oeste da cidade extramuros ficou do lado de Israel; a cidade antiga e o bairro extramuros a norte ficaram do lado árabe.

Israel declarou Jerusalém sua capital, decisão que ia contra a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU de 1947, que recomendava a internacionalização da cidade. Em dezembro de 1948 a ONU aprovou a resolução 194 que reconhecia aos refugiados palestinos o direito de regressarem aos seus lares ou de serem indenizados, se assim o preferissem. Israel recusou-se (e continua a recusar-se) a aplicá-la. Apressando-se a arrasar as aldeias palestinas que tinham sido esvaziadas dos seus habitantes e distribuindo as suas terras aos imigrantes judeus, Israel tornou impossível o retorno de uma boa parte dos refugiados aos seus lares.

A esmagadora maioria dos refugiados amontoou-se em acampamentos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, na Jordânia, na Síria e no Líbano. Em dezembro de 1949 a ONU criou a UNRWA (que se tornou operacional em maio de 1950), a agência internacional que passou a ocupar-se deles. A 11 de maio de 1949, o Estado de Israel foi admitido na ONU. Em abril de 1950, a Cisjordânia com a parte de Jerusalém sob o domínio árabe foi anexada à Transjordânia (independente desde 1946), que passara a chamar-se Reino Hachemita da Jordânia em 1949. A Faixa de Gaza ficou sob a administração militar egípcia.

Os conflitos se acirraram e a guerra eclodiu mais de uma vez, em 1956 (com a crise do Canal de Suez), 1967 e 1973, sendo a mais importante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel incorporou a península do Sinai e a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e o território sírio das Colinas do Golã e intensificou sua política de construção de assentamentos para colonos judeus imigrantes. Quanto aos habitantes árabes de Israel, eram considerados cidadãos de segunda classe, não

a terra é redonda

pertencendo à “comunidade”. Por esta época, uma nova geração de palestinos crescia no exílio, principalmente no Cairo e em Beirute. Aos poucos, surgiram vários movimentos políticos, sendo o mais importante o Fatah, organização criada por Yasser Arafat, que se pretendia independente dos regimes árabes cujos interesses não fossem os mesmos dos palestinos, e que pregava um confronto militar com Israel.

Em 1964, com o apoio dos países árabes, foi fundada a Organização para a Libertação da Palestina, sob controle do Egito, constituída a partir do Fatah e que passou a ser presidida por Arafat. A OLP era composta basicamente de membros dos exércitos do Egito, Síria, Jordânia e Iraque, e fora criada durante o encontro árabe ocorrido no Cairo, com a participação de Nasser e Ben Bella, entre outros. Em seguida surgiu também o Exército de Libertação da Palestina (ELP). Ou seja, uma organização política e um braço armado, ainda bastante vinculados aos regimes árabes da região. O “problema palestino” era então visto como uma questão árabe em geral. No IV Congresso da OLP esse painel começou a mudar, com a presença do Fatah e da Saïka (respaldada pela Síria), grupos que começaram a ganhar espaço dentro da organização. O V Congresso marca um momento especial nesse processo, com o poder político do Fatah aumentando substancialmente dentro da OLP, considerando que esta ganhou 33 das 105 cadeiras do Conselho Nacional Palestino, enquanto o próprio Arafat foi eleito presidente.

Também surgiram outros grupos. Fundada em 1967, a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), parte do Movimento Nacionalista Árabe, inicialmente tinha proximidade com o nasserismo. Um ano depois de sua criação, começou a treinar três mil guerrilheiros e se uniu à OLP, tornando-se sua segunda maior facção. Seus principais dirigentes e ideólogos começaram a se definir como marxista-leninistas. George Habache, seu líder e fundador, defendia um Estado único, árabe, em todo o território que hoje compreende Israel, Gaza e Cisjordânia, no qual os judeus pudessem viver como cidadãos, sendo respeitados como minoria local, assim como o retorno de todos os palestinos a seus lares de antes de 1948, vendo a Palestina como ponto de partida para algo maior: a unificação árabe.

A FPLP sofreu cisões, que provocaram a constituição, em 1968, da FPLP - Comando Geral; em 1969, da Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina (FDPLP), dirigida por Nayef Hawatmeh e Yasser Abd Rabbo (organização maoísta); e em 1972, da Frente Revolucionária Popular para a Libertação da Palestina, que acusava a agremiação de Yasser Arafat de direitista. Outros grupos, como a Organização Popular e a Liga da Esquerda Revolucionária Palestina também foram constituídos na época.[\[vi\]](#)

A guerra de 1967 foi o ponto de virada decisivo. A conquista de Jerusalém e o fato de que os lugares sagrados para muçulmanos e cristãos estavam agora sob o controle israelense trouxeram outra dimensão para a crise. A Guerra dos Seis Dias foi justificada pela ameaça imposta ao estado sionista pelos árabes. Ainda assim, o general Ezer Weizman, na época chefe israelense das operações, admitiu que Egito e Síria (apontados como iniciadores da agressão), jamais ameaçaram o país. Nunca houve perigo de extermínio. Já Chaim Herzog, comandante geral e primeiro governador militar dos territórios ocupados da Cisjordânia, afirmou que não havia nenhum risco de aniquilação do Estado de Israel. Na prática, aquela guerra serviria para ampliar as fronteiras do Estado.

O conflito mudou o equilíbrio de forças no Oriente Médio: Israel era mais forte militarmente do que qualquer aliança entre países árabes, e isso alterou a relação de cada um deles com o mundo exterior. Para os árabes foi uma derrota e para os palestinos representou uma nova leva de refugiados. A guerra do *Yom Kippur* (Dia do Perdão), de 1973, foi provocada por uma intransigência israelense e não foi uma tentativa de se defender de ameaças militares dos árabes contra a existência do Estado de Israel. Como Yitzhak Rabin admitiu: “A guerra do *Yom Kippur* não foi feita pelo Egito e pela Síria para ameaçar a existência de Israel. Foi o uso total de sua força militar para alcançar um objetivo político específico. O que Sadat (premiê egípcio à época) queria ao cruzar o canal era mudar a realidade política e, assim, começar um processo (de paz) político em uma posição mais favorável para ele do que a que existia anteriormente”.

O historiador israelense Benny Morris esclareceu o contexto da intransigência sionista, lembrando que a primeira-ministra de Israel, Golda Meir, rejeitou uma oferta de paz razoável do Egito em 1970, forçando, assim, os árabes a iniciarem a guerra de outubro de 1973. No Líbano, cujos campos de refugiados palestinos se transformaram em bases da OLP,

a terra é redonda

começaram ataques sistemáticos de Israel a partir de inícios da década de 1970.

Em 1978, Israel invadiu o sul do Líbano com um exército de 20.000 soldados. A consequência foi a morte de milhares de libaneses e palestinos e o deslocamento de centenas de milhares de pessoas para o norte do país. Em agosto de 1979, o governo libanês relatou que quase mil civis tinham perdido a vida nos ataques israelenses subsequentes. A razão estratégica fundamental foi que Israel queria assegurar um controle sem limites da água do rio Litani. A Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental relatou que Israel começou a usar a água daquele rio através de um túnel de 11 milhas, assim como a do Wazzani.

O Conselho de Segurança da ONU, por sua vez, reagiu àquela invasão, baixando as resoluções 425 e 426, exigindo uma retirada inequívoca das forças israelenses. No meio tempo, Israel se tornou a única potência nuclear do Oriente Médio, com dezenas (e até mesmo, centenas) de ogivas nucleares (as estimativas atuais vão de 75 a 400 delas), as primeiras três produzidas em 1968 (em 1975, por intermédio do ex-presidente Shimon Peres, Israel negociou um projeto militar-nuclear conjunto com o regime de apartheid de África do Sul, para ter acesso ao urânio, abundante no país africano).

Vale lembrar que o cientista israelense e *whistleblower* Mordechai Vanunu denunciou, em 1986, que seu governo possuía a bomba atômica, entregando ao jornal *The Sunday Times*, de Londres, fotografias tomadas dentro da usina de Dimona (onde trabalhara por vários anos) e descrevendo os processos de produção do material nuclear. Vanunu foi detido e cumpriu uma sentença de 18 anos atrás das grades. Depois, transitou para um regime de prisão domiciliar, proibido de contatar qualquer cidadão estrangeiro.

Cerca de 600 empresas israelenses passaram a se envolver com o setor de segurança, com faturamento anual de US\$ 4 bilhões, um quarto destes em exportações. De acordo com documentos revelados pelo *Bulletin of the Atomic Scientists*, durante o governo de Richard Nixon os EUA sabiam que Israel desenvolvera armas nucleares, mas preferiram não pressionar seu aliado para que aceitasse as normas internacionais. Ao não declarar publicamente suas ogivas nucleares, Israel dribla a proibição existente nos EUA de financiar países que tenham armas de destruição em massa: o Estado sionista recebeu, só em 2022, US\$ 3,3 bilhões de Washington, em conceito de auxílio militar. Desde a criação do Estado de Israel até hoje, o país já recebeu entre US\$ 120 bilhões e US\$ 160 bilhões dos Estados Unidos de ajuda militar (algumas fontes indicam um montante de mais de US\$ 230 bilhões de auxílio combinado econômico e militar no período; somente na última década os valores, no que se refere ao apoio militar, estiveram entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões ao ano).

O Líbano foi atacado novamente, em fevereiro de 1982, quando Yehoshua Saguy, chefe do Serviço de Inteligência de Israel, se reuniu com funcionários do Pentágono e o Secretário de Defesa, Alexander Haig, para definir os planos israelenses para uma invasão maior. Após esta reunião, Israel importou equipamentos militares dos Estados Unidos, no valor de US\$ 217.695.000, e em seguida a sua mídia “revelou” que a Organização para a Libertação da Palestina estava recebendo foguetes soviéticos e outros suprimentos, supostamente com o objetivo de ameaçar Israel.

Israel tentou justificar sua operação afirmando que a OLP estava comprometida com o terrorismo dos estados fronteiriços. Em realidade, a fronteira havia estado calma por onze meses, sem contar com as retaliações às provocações israelenses. Não tendo conseguido uma resposta defensiva por parte da OLP que pudesse ser explorada para justificar a invasão em grande escala do Líbano, Israel simplesmente inventou uma desculpa para cumprir seu plano: alegou que aquela empreitada foi uma resposta a uma tentativa de assassinato do embaixador israelense em Londres. No entanto, a OLP não tinha nada a ver com este atentado, que foi, na verdade, realizado pela organização terrorista de Abu Nidal que estivera em guerra com a OLP por anos a fio (Nidal sequer tinha presença no Líbano).

Nesse quadro, em setembro de 1982, uma milícia de cristãos que representava o Estado judeu na ocupação do Líbano praticou uma chacina nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, matando quase duas mil pessoas em menos de três dias. Quem abriu o campo aos milicianos foi Ariel Sharon (depois primeiro-ministro de Israel), sob ordens do primeiro-ministro da época, Menachen Begin (do governo da coalizão direitista *Likud*). Sharon, então ministro da Defesa, prometeu ocupar 40 km do país numa guerra que duraria no máximo 48 horas (a ocupação estendeu-se até Beirute). Ele

seria considerado culpado por aquele massacre.

Foi nesse quadro que mudou a composição política da luta palestina contra Israel, com o surgimento e crescimento de grupos político-religiosos, destacando-se o *Hezbollah* ("Partido de Deus"), organização xiita libanesa criada em 1982 e apoiada pelo governo islâmico do Irã; o *Hamas* (Movimento de Resistência Islâmica) criado por palestinos em 1987, quando se iniciou a primeira Intifada (levante popular palestino contra a ocupação israelense); e a *Jihad Islâmica*, formada por jovens palestinos em 1981.

Em dezembro de 1987, um caminhão militar israelense atropelou e matou quatro palestinos na Faixa de Gaza. Este incidente foi o estopim para o início dos combates entre jovens palestinos e as tropas de ocupação israelense. O episódio, conhecido como a "Revolta das Pedras" (*Intifada*), durou seis anos, resultando em muitas mortes de palestinos e um profundo desgaste para Israel (afinal, eram crianças e adolescentes enfrentando com paus e pedras as armas sofisticadas dos soldados israelenses). A Intifada foi a primeira manifestação dentro dos territórios ocupados a abalar de forma duradoura a rotina da ocupação israelense, iniciada em 1967.

As lideranças da OLP e Yasser Arafat passaram a apostar em uma ação diplomática para criação de um Estado palestino, com capital em Jerusalém oriental. Em 1991, realizou-se em Madri a Conferência Internacional de Paz, marco inicial das conversações diretas entre Israel e os países árabes. Dois anos depois, ambos os lados firmaram em Washington um acordo que previa a extensão da autonomia dos palestinos na Cisjordânia, com a retirada das tropas israelenses.

Em 1995, Israel e OLP firmaram um novo tratado, desta vez com a extensão da autonomia a quase toda a Cisjordânia, importante para o surgimento de um estado palestino (mas, na prática, irrelevante enquanto Israel detiver o monopólio do uso da força nos territórios ocupados). Yasser Arafat e Ehud Barak se encontraram diversas vezes, mas sem chegarem a um acordo sobre as duas questões fundamentais para os palestinos: Jerusalém e o direito de retorno.

A grande maioria dos quatro milhões de palestinos refugiados de então vivia dispersa pelos países árabes em terríveis condições de vida ou em territórios ocupados por Israel na condição de refugiados em sua própria pátria. Ainda assim, em 1995, produziu-se o assassinato do premiê israelense Yitzhak Rabin, praticado por um judeu de extrema direita, indignado com a perspectiva de um acordo que pudesse vir a reconhecer direitos mínimos aos palestinos. Segundo Shlomo Ben-Ami, ex-ministro do Exterior de Israel, após a guerra do Golfo, os Estados Unidos conseguiram impor seu programa unilateral, representado pelo "processo de paz", que desde Oslo, tinha como meta o estabelecimento de uma dependência neocolonial permanente da população palestina na Cisjordânia e na faixa de Gaza.

A proposta norte-americana para a questão palestina envolveu manter a faixa de Gaza separada da Cisjordânia e esta, dividida em três cantões separados uns dos outros, com a cidade de Jerusalém, que foi sempre o centro da vida comercial e cultural palestina, ampliada com colônias israelenses. Enquanto isso, os EUA forneciam vasta assistência econômica e militar, que permitia que Israel expandisse seus *settlements* nos territórios ocupados e impusesse um regime brutal, sujeitando a população palestina à humilhação e repressão diárias, num processo que se intensificou ao longo dos anos 1990.

A radicalização da luta contra a ocupação israelense se aprofundou com a Segunda Intifada (ou *Intifada de Al Aqsa*), iniciada em 29 de setembro de 2000, após uma visita provocativa do primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, à Esplanada das Mesquitas, quando dois dias depois, o exército israelense matou dezenas de palestinos indefesos que estavam saindo da mesquita de Al Aqsa, um dos locais sagrados do islã. Nos dias seguintes Israel usou helicópteros para atacar alvos civis, matando muitos outros civis nos territórios ocupados.

Todo o "processo de paz" dos anos 1990 foi, na verdade, usado como cortina de fumaça para continuar a confiscação de terras, que duplicou o número de colonos que viviam na Margem Ocidental, na Faixa de Gaza e em Jerusalém Oriental - aproximadamente 400.000 - e para implementar a política de fechamento permanente para a população dos Territórios, substituídos por trabalhadores estrangeiros trazidos de todo o mundo. O estrangulamento econômico dos trabalhadores da

a terra é redonda

Cisjordânia e de Gaza – onde, desde setembro de 2000, o desemprego cresceu 65%, e onde 75% da população vivia por baixo da linha de miséria de dois dólares diários por pessoa, foi uma das razões do colapso dos Acordos de Oslo.

O Estado de Israel continua recebendo bilhões de dólares anualmente dos Estados Unidos, sem contar com o dinheiro proveniente de doações da direita evangélica e dos lobbies judeus norte-americanos.^[vii] Grande parte do capital recebido foi e vai para as Forças Armadas e para o aparato de segurança israelense, que compram *bulldozers* e equipamento militar sofisticado. O país ainda obtém “suplementos” financeiros de Washington, sem contar com todo o resto das FFAA, entre tanques, navios e mísseis, em grande parte, de fabricação e tecnologia israelenses.^[viii]

A política dos diferentes governos de Israel ao longo dos anos tem sido a de destruir casas, expulsar famílias de suas terras, aumentar as taxas de desemprego entre os palestinos, criar assentamentos ilegais e massacrar populações civis, levando muitos jovens sem perspectivas a cometer atos desesperados, como os atentados suicidas. Boa parte da população foi forçada a viver em campos de refugiados na Síria, em Gaza, na Jordânia e no Líbano, em condições precárias. Esses campos estão compostos por casas de zinco, pedra, tijolo e cimento; com quartos de 3 a 4 m², nas quais até 15 pessoas convivem diariamente em estado de completa miséria.

Enquanto isso, só nos primeiros anos do século XXI, Israel promoveu 150 assentamentos ilegais na Cisjordânia, com 300 mil colonos vivendo com o apoio do governo.^[ix] Para boa parte dos israelenses, no entanto, o expansionismo e as agressões sistemáticas não abriram nenhuma perspectiva de paz e estabilidade: em 2008, apenas nos Estados Unidos, havia 500.000 israelenses nativos vivendo naquele país, uma proporção descabida em relação à população de Israel.^[x]

Para o historiador britânico Tony Judt, a origem do problema se situaria, na verdade, na Guerra dos Seis Dias, de 1967, que concluiu a expansão do território israelense para uma superfície quatro vezes e meia superior à que lhe tinha sido concedida pela partilha de 1947: depois dessa guerra relâmpago, “nenhum líder árabe responsável viria a contemplar seriamente a destruição militar do Estado judeu”, e “a insegurança incômoda que caracterizou as primeiras duas décadas do país mudou para uma arrogância satisfeita”.^[xi] Novas gerações de imigrantes chegaram então, sobretudo dos EUA, mas, aponta Tony Judt, “esses novos sionistas não traziam na bagagem os antigos textos socialistas sobre emancipação, redenção e vida comunitária, mas uma Bíblia e um mapa... Seu nacionalismo agressivo se fazia acompanhar por um judaísmo messiânico renascido, uma combinação até então praticamente desconhecida em Israel. Na esteira da captura de Jerusalém, o rabino chefe do exército, Shlomo Goren, propôs que as mesquitas no monte do Templo fossem dinamitadas”. E acrescenta que “eles (os ‘novos sionistas’) tinham opiniões firmes e hostis aos árabes”.

A autoconfiança começou a ser abalada a partir da invasão israelense do Líbano, em 1982, com vistas a esmagar a OLP e instalar um poder maronita em Beirute, impondo uma derrota decisiva ao nacionalismo sírio. Apesar da inicial vitória militar, a longa ocupação israelense concluiu em uma derrota política, com o declínio do poder cristão maronita, o surgimento de uma nova resistência libanesa e a precipitação do país numa guerra civil. E culminou também, como já mencionado anteriormente, no massacre de Sabra e Chatila, cometido às claras com cumplicidade e pelas unidades do *Tsahal*, em conluio com as milícias cristãs libanesas.

Com tudo isso, o exército israelense também foi abalado. Acontecimentos sem precedentes se sucederam: cerca de quatrocentos mil manifestantes protestaram no centro de Tel-Aviv; quinhentos oficiais e soldados desertaram; o movimento dos *refuseniks* tomou forma, com aqueles que se recusavam a servir o exército, inicialmente no Líbano, em seguida nos territórios ocupados. A “pureza das armas” de que o Estado judeu se gabava desde o seu nascimento ficou seriamente prejudicada. Desde o Líbano começaram a aparecer os sintomas da exaustão da juventude judaica com os anos de guerra em prol do colonialismo. Criaram-se grupos de ação contra a ocupação dos territórios dentro de Israel (*Gush Shalom*) e soldados se recusaram a servir neles, orientados por grupos como o *Yesh Gvul*.

A “realização do sonho de Israel”, na prática, se traduziu em 2,3 milhões de palestinos apinhados em pouco mais de 400 km² de território em Gaza, sem recursos, submetidos há décadas à miséria e humilhações cotidianas, a bombardeios e massacres, e a um terror sem fim. Sem falar nos 3,5 milhões da Cisjordânia (em condições quase equivalentes) cercados

por um muro de aço;^[xii] nos refugiados palestinos espalhados nos países vizinhos e por todo Oriente Médio; naqueles obrigados a procurar seu sustento como mão de obra desqualificada em regiões longínquas; ou até nos chamados “árabes israelenses”, cidadãos de segunda (ou terceira) classe no próprio país em que nasceram e cresceram, cerceados de diversos direitos políticos e civis, sem contar com os milhares de presos políticos palestinos sobrevivendo de forma subumana em cárceres israelenses.

Ponto fulcral da história política mundial da segunda metade do século XX, a crise do Oriente Médio, com seu centro na questão palestina, põe à prova a capacidade da humanidade em abrir uma via de sobrevivência e progresso social para o futuro de toda a espécie.

***Luiz Bernardo Pericás** é professor no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *Caio Prado Júnior: uma biografia política (Boitempo)*. [<https://amzn.to/48drY1q>]

***Osvaldo Coggiola** é professor titular no Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *Teoria econômica marxista: uma introdução (Boitempo)*. [<https://amzn.to/3tkGFRo>]

Referências

AVISHAI, Ehrlich. Palestine, global politics and Israel judaism. In: Leo Panitch e Colin Leys (ed.). *Socialist Register*. Kolkata: Merlin Press/Bagchi & Company, 2003.

BARON, Xavier. *Les Palestiniens*. Génèse d’une nation. Paris: Seuil, 2000.

BERGER, Morroe. *The Arab World Today*. Nova Iorque: Anchor Books, 1964.

CHALIAND, Gerard. *A resistência palestina*. Porto: Editorial Inova, 1970.

CHOMSKY, Noam. *The Fateful Triangle: The United States, Israel and the Palestinians*. Londres: Pluto Press, 1999.

CONOVER, Ted. “The Checkpoint”. In: *The Atlantic Monthly*, março de 2006.

CORN, Georges. *Le Proche-Orient Éclaté 1956-1991*. Paris: Gallimard, 1991.

DODD, P., e BARAKAT, H. *River Without a Bridge, A Study of the Exodus of the 1967 Palestinian Arab Refugees*. Beirute: The Institute for Palestinian Studies, 1968.

FISCHER, Klaus P. *Storia dell’Olocausto*. Roma: Newton & Compton, 2000.

FLAPAN, Simha. *The Birth of Israel*. Myths and realities. Nova York: Pantheon Books, 1987.

GABBAY, R. E. *A Political History of the Arab-Jewish Conflict*. Genebra: s/e, 1959.

GELLHORN, Martha. “The Arabs of Palestine”. In: *The Atlantic Monthly*, outubro de 1961.

GOLDBERG, Jeffrey. Is Israel finished? *The Atlantic Monthly* vol. 301, nº 4, Nova York, maio de 2008.

GOLDBERG, Jeffrey. “Unforgiven”. In: *The Atlantic Monthly*, maio de 2008.

- GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. *Palestine 47. Un partage avorté*. Bruxelles: Complexe, 1947.
- HADAWI, Sami. *Bitter Harvest, Palestine Between 1914-1967*. Nova Iorque: The New York Press, 1967.
- HAIM, Sylvia. *Arab Nationalism, An Anthology*. San Francisco: University of California Press, 1962.
- INBARI, Pinhas. *The Palestinians between Terrorism and Statehood*. Brighton: Sussex Academic Press, 1996.
- JUDT, Tony. *Reflexões sobre um Século Esquecido (1901-2000)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- KERR, M. *The Arab Gold War, A Study of Ideology in Politics*. Londres: Oxford University Press, 1965.
- LINHARES, Maria Yedda. *O Oriente Médio e o Mundo Árabe*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LOCKMAN, Zachary. *Comrades and Enemies: Arab and Jewish workers in Palestine, 1906-1948*. San Francisco: University of Califórnia Press, 1996.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. "El problema de Palestina". In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Figuras y Aspectos de la Vida Mundial*. Lima: Biblioteca Amauta, 1987.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. La misión de Israel. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Figuras y Aspectos de la Vida Mundial*. Lima: Biblioteca Amauta, 1987.
- MASSAD, Joseph. *La Persistance de la Question Palestinienne*. Paris: La Fabrique, 2009.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MORRIS, Benny. *1948. Israele e Palestina tra guerra e pace*. Bergamo: BUR, 2005.
- PAPPÉ, Ilan. *History of Modern Palestine. One land, two peoples*. Nova York: Cambridge University Press, 2004.
- PAPPÉ, Ilan. *La Pulizia Etnica della Palestina*. Roma: Fazi, 2008.
- PAPPÉ, Ilan. *The Making of the Arab-Israeli Conflict (1947-1951)*. Londres: I. B. Tauris, 2001.
- POLAKOW-SURANSKY, Sasha. *The Unspoken Alliance. Israel's secret relationship with Apartheid South Africa*. Nova York: Pantheon Books, 2010.
- SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SAID, Edward. *The Question of Palestine*. Nova York: Vintage Books, 1980.
- SAND, Schlomo. *The Invention of the Jewish People*. Londres: Verso Books, 2009.
- SANZ, Luis. *Guerra y Revolución en Palestina*. Madri: Zero, 1976.
- SARTRE, Jean-Paul (ed.). *Le Conflit Israélo-Arabe*. Paris: Les Temps Modernes/Les Presses d'Aujourd'hui, 1968.
- SCHOENMAN, Ralph. *Historia Oculta del Sionismo*. Barcelona: Marxismo y Acción, 1988.

SCHWARTZ, W. *The Arabs in Israel*, Londres: Faber and Faber, 1959.

STEIN, Leonard. *The Balfour Declaration*. Londres: Vallentine and Mitchell, 1961.

VAN CREVELD, Martin. *La Spada e l'Ulivo*. Storia dell'essercito israeliano. Roma: Carocci, 2004.

WALT, Stephen et al. Does the Israel lobby have too much power? *Foreign Policy*, Washington, Carnegie Endowment, julho-agosto de 2006.

WEINSTOCK, Nathan. *El Sionismo contra Israel*. Barcelona: Fontanella, 1970.

Notas

[i] Leonard Stein. *The Balfour Declaration*. Londres: Vallentine and Mitchell, 1961.

[ii] Para mais informações sobre o contexto histórico da questão palestina, ver: Gérard Chaliand. *A resistência palestina*. Porto: Editorial Inova, 1970; R. E. Gabbay. *A Political History of the Arab-Jewish Conflict*. Genebra: s/e, 1959; Sami Hadawi. *Bitter Harvest, Palestine Between 1914-1967*. Nova Iorque: The New York Press, 1967; M. Kerr. *The Arab Gold War, A Study of Ideology in Politics..* Londres: Oxford University Press, 1965; e W. Schwartz. *The Arabs in Israel*. Londres: Faber and Faber, 1959.

[iii] La misión de Israel. In: José Carlos Mariátegui. *Figuras y Aspectos de la Vida Mundial*. Lima: Biblioteca Amauta, 1987, p. 32-33, 35-36.

[iv] Ver José Carlos Mariátegui, "El problema de Palestina". In: José Carlos Mariátegui. *Figuras y Aspectos de la Vida Mundial*, p. 62-64.

[v] Uma escaramuça com tropas árabes ocorrida no dia 12 de julho de 1948 serviu de pretexto ao exército de Israel para uma violenta repressão que custou a vida a 250 pessoas, algumas das quais eram prisioneiros desarmados, assim como para a expulsão de 70.000 pessoas, várias delas, refugiadas. A ordem de expulsão foi dada pelo próprio Primeiro-Ministro, David Ben Gurion. A Galileia foi a região do território de Israel onde ficaram mais palestinos. As zonas de maior densidade populacional palestina ficaram sob administração militar até 8 de dezembro de 1966.

[vi] Para mais informações sobre a situação da Palestina e de suas organizações políticas, até o final da década de 1960, ver Morroe Berger. *The Arab World Today*. Nova Iorque: Anchor Books, 1964; P. Dodd, e H. Barakat. *River Without a Bridge, A Study of the Exodus of the 1967 Palestinian Arab Refugees*. Beirute: The Institute for Palestinian Studies, 1968; Martha Gellhorn, "The Arabs of Palestine", in *The Atlantic Monthly*, outubro de 1961; e Sylvia Haim. *Arab Nationalism, An Anthology*. San Francisco: University of California Press, 1962.

[vii] A organização mais visível é o *American Jewish Zionist Committee*, um poderoso "grupo de pressão" que continua nas mãos da oligarquia financeira e industrial WASP.

[viii] Para mais informações sobre as relações entre Estados Unidos e Israel, e a ingerência norte-americana no Oriente Médio, ver Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

[ix] Para uma crítica às políticas do Estado de Israel em relação aos palestinos, ver Edward Said. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003; e Ted Conover, "The Checkpoint", in *The Atlantic Monthly*, março de 2006.

[x] Ver Jeffrey Goldberg, “Unforgiven”, in *The Atlantic Monthly*, maio de 2008.

[xi] Tony Judt. *Reflexões sobre um Século Esquecido (1901-2000)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

[xii] A Corte Internacional de Justiça determinou que Israel deveria demolir o muro ilegal e prover a reparação pelos danos causados às vítimas palestinas, decisão foi adotada pela ONU na resolução ES-10/15 (20 de julho de 2004).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda